

## Reunião de Conselho Geral

### Ata n.º 13

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e vinte, pelas dezoito horas e trinta minutos, por videoconferência, através da plataforma Zoom, reuniu o Conselho Geral da Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra, sob a presidência da professora Catarina Peixinho, com a seguinte ordem do dia: \_\_\_\_\_

- Ponto um: Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; \_\_\_\_\_
- Ponto dois: Tomada de posse do novo representante dos Pais e Encarregados de Educação no Conselho Geral; \_\_\_\_\_
- Ponto três: Informações; \_\_\_\_\_
- Ponto quatro: Análise de um pedido de alteração ao Regulamento Interno; \_\_\_\_\_
- Ponto cinco: Análise da implementação do Plano de Ensino à Distância da EACMC; \_\_\_\_\_
- Ponto seis: Aprovação do Relatório de Contas de Gerência; \_\_\_\_\_

Dando início à ordem do dia, a presidente do Conselho Geral deu a palavra à professora Sofia Novo para ler a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes na reunião em causa. \_\_\_\_\_

De seguida, a presidente deu posse à nova representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação, Maria João Resende, sendo que as assinaturas correspondentes ao ato serão feitas presencialmente, quando as condições sanitárias do país o permitirem. \_\_\_\_\_

Dando cumprimento ao terceiro ponto da ordem do dia, a presidente passou a palavra à diretora da EACMC, Maria José Nogueira, que transmitiu as seguintes informações: \_\_\_\_\_

- Toda a informação decorrente do encerramento da Escola e do adiamento de atividades por razões de segurança, tendo em conta as indicações do ME e da DGS relacionadas com a pandemia da COVID-19, têm sido comunicadas a toda a comunidade educativa através de correio eletrónico e publicação na página eletrónica da Escola. \_\_\_\_\_
- Nos dias vinte e cinco de março e dezasseis de abril realizaram-se duas reuniões online com os diretores das escolas da zona Centro, a Delegada Regional da Educação do Centro e o Secretário de Estado da Educação, [REDACTED]. Nestas reuniões fez-se um balanço da forma como as escolas organizaram as aulas à distância, deram-se informações acerca da forma como decorreria a avaliação do segundo período e fez-se uma abordagem à necessidade de cada escola pensar no Plano de E@D a implementar no terceiro período. Foi sempre referido que o terceiro período iria decorrer de forma síncrona e assíncrona, de modo a que todos os alunos tenham as suas classificações finais. Apontou-se a data de final do ano letivo (a mesma para todos os ciclos) que será vinte e seis de junho. \_\_\_\_\_
- Realizou-se, no dia trinta e um de março, uma reunião com a equipa EQAVET para dar continuidade à elaboração do Documento Base e respetivo Plano de Ação, necessário para a sua aprovação e posterior implementação. Apesar de este projeto ter o foco no curso profissional, há medidas que vão envolver toda a Escola, nomeadamente a análise dos resultados da sua autoavaliação e a definição de estratégias de melhoria, entre outras. \_\_\_\_\_
- Também se realizaram, nos dias sete e vinte e dois de abril, reuniões online com os diretores das escolas públicas do Ensino Artístico. De entre vários assuntos discutidos, elaborou-se um ofício que foi enviado ao Secretário de Estado da Educação, [REDACTED], a solicitar uma reunião

com caráter de urgência para discutir questões relacionadas com o decorrer do ano letivo, tendo em conta as condições atuais. A referida reunião realizou-se no dia seis de maio, tendo sido discutidas algumas especificidades inerentes ao ensino artístico, atendendo a situação pandémica que atravessamos. O retorno às aulas apontado para dia dezoito de maio deverá ser feito tendo em conta as condicionantes de cada escola; os respetivos diretores deverão analisar o caso concreto da sua escola, tendo sempre em conta que a execução das atividades deve ser feita respeitando as condições físicas de distanciamento e de saúde da sua comunidade educativa. —

- A avaliação do final do segundo período decorreu de forma normal. As reuniões conjuntas com a EBSQF realizaram-se com recurso a plataformas digitais, com a presença dos professores representantes de turma da EACMC. Todos os encarregados de educação tiveram acesso às avaliações, faltas e sínteses descritivas dos seus educandos através da plataforma MUSa. —
- Foram aprovados, em reunião de Conselho Pedagógico de dia onze de abril, o Plano de E@D geral, o Plano de E@D do Curso de Dança, o Plano de E@D do Curso Profissional de Instrumentistas de Jazz e o Plano de E@D da Orquestra Geração. Na reunião de Conselho Pedagógico de dia dois de abril ficou decidido que, antes da aprovação dos referidos Planos de E@D, seria necessário auscultar a comunidade escolar através da realização de um inquérito a todos os professores e encarregados de educação, no sentido de se saber quais as carências existentes em relação às condições tecnológicas. —
- Desse inquérito, entretanto realizado, tomou-se conhecimento de quais os alunos que não têm instrumento em casa, quais os que não têm acesso à internet (apenas dois) e, no caso da Orquestra Geração, quais as famílias com dificuldades em obter alimentação; estas últimas situações referenciadas foram já quase todas resolvidas, com recurso a cantinas escolares. —

Seguindo para o quarto ponto da ordem do dia, os conselheiros analisaram uma proposta de alteração ao Regulamento Interno da EACMC remetida à diretora pelos professores do Departamento Curricular de Ciências Musicais. Essa proposta alerta para que, na atual redação do Regulamento, ao contrário do que acontecia na anterior, do ponto um do artigo número setenta e cinco relativo a provas globais no curso secundário de música consta: «A avaliação das disciplinas terminais da componente de formação científica e técnica-artística de 12.º ano/8.º grau inclui a realização de prova global, cuja ponderação no cálculo da classificação final das disciplinas é de 40%», sendo que na Portaria n.º 229-A/2018, de 14 de agosto, consta do ponto um do artigo número trinta «A avaliação das disciplinas terminais das componentes de formação científica e técnica artística pode incluir a realização de provas globais, cuja ponderação não pode ser superior a 50% no apuramento da classificação de frequência da disciplina.». A este respeito a professora Sofia Novo lembrou que já na anterior Portaria n.º 243-B/2012, de 13 de agosto, a redação era esta. Considerando-se ter sido um lapso na atual redação, a alteração proposta ao Regulamento Interno da EACMC foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. —

Passando ao quinto ponto da ordem do dia, a presidente deu a palavra à diretora para que se pronunciasse acerca da forma como está a decorrer o ensino a distância (E@D) na EACMC. Para além do que já referira no âmbito do ponto três da ordem do dia, a diretora Maria José Nogueira informou ter havido, inicialmente, mais dificuldades no curso de Dança, pelas questões logísticas que implica, pois apesar de, em princípio, possíveis acidentes estarem cobertos pelo seguro escolar, estes são naturalmente de evitar. Referiu ainda que neste curso se realizou entretanto um inquérito sobre aulas síncronas e, uma vez que a maioria dos alunos mostrou preferência por este tipo de aula, as professoras iriam começar a fazer uma aula síncrona por semana. Acrescentou que não tem recebido queixas de pais ou encarregados de educação e que considera que os professores do Conservatório

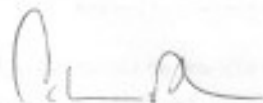
estão a conseguir gerir bem a situação. Informou ainda que se iriam realizar reuniões de Conselho Pedagógico e de Departamentos Curriculares para tomadas de decisão relativamente aos formatos em que se iriam realizar as PAA, as provas de acesso ao curso secundário e as provas de acesso ao Conservatório. No caso das PAP, ficou já decidido em Conselho Pedagógico que a performance não se poderia realizar presencialmente, uma vez que a formação dos combos implicava a presença de alunos de outros anos de escolaridade. A presidente questionou sobre a possibilidade de os alunos estudarem na Escola. A diretora informou que a partir de dia dezoito será possível, mas apenas para aqueles que não têm instrumento em casa, assegurando que a Escola irá contactar os alunos sinalizados no inquérito realizado, para os informar dessa possibilidade. Informou ainda que também a realização de gravações passará a ser possível, situação que até aqui foi negada por questões de segurança. Estas situações terão de acontecer em horários definidos e será obrigatória a passagem do cartão à entrada nas instalações, uma vez que a partir desse dia a EBSQF irá ter cerca de trezentos e quarenta alunos a iniciar aulas presenciais. A presidente passou a palavra aos representantes dos pais para que se pronunciassem relativamente ao tema. O conselheiro Carlos Figueiredo considerou o esforço feito pelos professores, tanto da EBSQF como da EACMC, como muito positivo e afirmou parecer-lhe estar tudo a funcionar bem no curso de Música, com a limitação natural da disciplina de Classe de Conjunto. A conselheira Ana Cristina Pereira corroborou a opinião, elogiando o trabalho feito pelos professores e acrescentando que no regime supletivo também tudo parece estar a funcionar bem, sentindo-se por vezes dificuldades no envio dos trabalhos em ficheiros de vídeo por serem grandes. O conselheiro Fernando da Fonseca referiu haver mais dificuldades no curso de Dança pelas questões de espaço, mas elogiou o trabalho das professoras, que têm feito bastante esforço no sentido de ajudar os alunos a ultrapassar as dificuldades sentidas. A conselheira Maria João Resende corroborou a opinião anterior, mas referiu haver excesso de tarefas no plano curricular da EBSQF e dificuldades de articulação com o curso de Dança, dando como exemplo a panóplia de plataformas com que os alunos têm de trabalhar. Acrescentou ainda que esta situação está longe de ser a ideal, sobretudo para as aulas práticas e mostrou preocupação relativamente ao próximo ano letivo, apelando a que se faça uma análise da situação no final deste. A conselheira mostrou ainda reservas à solução adotada pelo ME de prolongar o ano letivo até dia vinte e seis de junho para todos os anos e ciclos. A presidente passou a palavra ao representante dos alunos, Mateus Queirós, e ao representante dos funcionários, Paulo Oliveira, que referiram estar tudo a correr bem. Finalmente, a presidente passou a palavra aos representantes dos docentes para que se pronunciassem sobre o assunto. O professor Álvaro Pinto referiu ter conversado com outros sete colegas e que todos sentiram algum receio inicial, mas que no momento lhes parecia estar a situação a correr melhor do que inicialmente poderiam prever. A professora Sofia Novo acrescentou que o Plano de E@D geral adotado pela EACMC, não sendo impositivo, deu margem aos professores para que adaptassem metodologias às diferentes realidades dos seus alunos, louvou a retirada do documento inicialmente adotado para planificações semanais, que iria criar um excesso de burocracia desnecessária e referiu que alguns alunos estavam a estudar mais para a disciplina de Instrumento por terem mais tempo livre. A representante da comunidade local Leonor Lopes elogiou também o que considerou ser um excelente trabalho de toda a comunidade educativa.

No âmbito do ponto seis da ordem do dia, a presidente colocou à diretora algumas questões de forma e de conteúdo que lhe suscitou o Relatório de Contas de Gerência: qual o saldo que transita para o ano civil de dois mil e vinte; apesar de ser referida a análise dos balancetes do Conselho Administrativo, essa análise não consta do documento, mas apenas os próprios balancetes, tomando o documento de difícil leitura; o porquê de no quadro do orçamento geral do Estado constar um valor

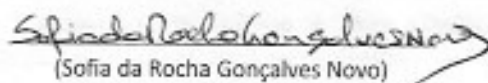
de orçamento despendido superior ao valor de orçamento atribuído; faltar, à semelhança do que já acontecera no ano anterior, um quadro de despesas. A presidente mostrou ainda preocupação pela nova descida de financiamento pelo POCH ao Curso Profissional de Instrumentistas de Jazz e estranheza pelo financiamento vir maioritariamente do Orçamento do Estado e não do POCH. A este propósito, a professora Sofia Novo acrescentou que já no ano anterior o Conselho Geral tinha mostrado preocupação com o futuro do curso em causa, dada a redução sistemática de financiamento nos últimos anos, que passara de cerca de duzentos e dezasseis mil euros em dois mil e dezasseis, para cerca de noventa mil euros em dois mil e dezassete e cerca de sessenta e quatro mil euros em dois mil e dezoito; agora, tinha sido novamente reduzido, para cerca de dezoito mil e quinhentos euros. Acrescentou ainda que, a este propósito, uma das decisões que ficara em ata deste Conselho no ano anterior fora «que se fizesse uma comparação entre receitas e despesas dos últimos três anos para se ter uma melhor perceção da situação real e poder o Conselho Geral vir a tomar medidas futuras», algo que não se fez. Em resposta às questões colocadas, a diretora esclareceu o seguinte: o saldo a transitar para o ano civil de dois mil e vinte é de vinte e dois mil euros e irá clarificar esse dado no documento; o resumo do que consta nos balancetes do Conselho Administrativo está incluído no quadro das receitas próprias; o valor de orçamento atribuído constante do quadro referido pela presidente é menor por ter havido três reforços de verba do IGEFE posteriores ao orçamento inicial do Estado e que constam do Relatório, na página vinte e dois; irá acrescentar o quadro de despesas ao documento. Relativamente às questões sobre o Curso Profissional, a diretora informou que uma vez mais o POCH atribuíra um financiamento menor, à semelhança do que acontecera noutras escolas, daí o Conservatório ter pedido reforços ao IGEFE. A presidente questionou sobre qual a taxa de execução do curso, que a diretora informou desconhecer, por não ter esses dados no momento, confessando não entender o porquê destes cortes, uma vez que o Curso tem sido avaliado com nota positiva. O representante da comunidade local Lúcio Pratas informou que o pagamento aos professores deixara de ser feito pelo POCH, fator que teve influência nas reduções de financiamento às escolas. A presidente propôs que o Conselho Geral questionasse o POCH acerca do porquê de tal diminuição nos financiamentos, ao que o representante da APEE Carlos Figueiredo discordou, por considerar que deveria ser a entidade que trata destes assuntos a fazê-lo. A professora Sofia Novo foi de opinião que, independentemente de quem o fizesse, era de todo o interesse que se averiguasse junto do POCH o porquê desta situação, para se tentar reverter. A este propósito, a diretora informou que o Conservatório ia mudar a empresa que presta apoio à Escola nestas matérias, uma vez que a SINASE se encontra frequentemente indisponível. O representante da APEE Carlos Figueiredo foi de opinião que o estudo comparativo entre os vários anos de que se falara no ano anterior não pode ser linear, mas deve fazer-se. O professor Daniel Tapadinhas chamou a atenção para uma gralha existente no Relatório e o professor Júlio Dias para a diminuição do número de alunos dos cursos secundário e de iniciação (neste caso, de trinta por cento) constante do retrato da população, que considera preocupantes. A diretora justificou a diminuição de alunos no curso de iniciação com o facto de terem deixado de existir o curso de iniciação em Dança e o Atelier para os alunos do segundo ano no curso de música, informando que existe um projeto para recomeçar o extinto Atelier num novo formato. Relativamente ao curso secundário, referiu que a redução do número de alunos é um problema transversal às várias escolas do Ensino Artístico, em grande parte devido à obrigatoriedade de frequência de quatro disciplinas do currículo. A presidente propôs que se aprovasse o Relatório e Contas de Gerência na generalidade, com as ressalvas apontadas e registadas e que serão posteriormente acrescentadas ao documento, algo que foi aceite por todos os conselheiros, tendo o documento sido aprovado com dezasseis votos a favor e uma abstenção. A



representante da APEE Maria João Resende justificou a sua abstenção por se tratar de um documento complexo, referente a um período temporal em que não pertencia ao Conselho Geral da EACMC. -----  
Faltaram à reunião os seguintes representantes: dos docentes Nuno Costa, dos alunos Daniel Almeida, da comunidade local Emília Martins e da autarquia Graça Aleixo. -----  
Encerrada a reunião, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Sofia Novo, que a secretariei e pela presidente do Conselho Geral, Catarina Peixinho. -----



(Catarina Fernandes Peixinho de Cristo)



(Sofia da Rocha Gonçalves Novo)